

DOSSIÊ TEMÁTICO

REFLEXÕES EM TORNO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT: CRUZANDO TEMAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

| 7

Esmael Alves de Oliveira¹

Jainara Oliveira²

Letícia Carolina Pereira do Nascimento³

Moisés Lopes⁴

Ao propormos o presente dossiê tivemos o intuito de congregarmos pesquisas e reflexões voltadas (direta ou indiretamente) à questão da saúde da população LGBT. A partir de nossas diferentes trajetórias, campos de pesquisa e opções teórico-metodológicas, entendemos que se, pelo menos, desde a década de 1980, as ciências humanas e sociais no Brasil têm se debruçado, principalmente, sobre a questão do HIV/Aids, em decorrência do boom da epidemia ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX (Parker, 1987; Pollak, 1988; Loyola, 1994; Knauth, 1996), atualmente tal temática alcança outros horizontes e ganha novos contornos. Assim, é possível afirmar que, a partir e ao longo das décadas de 1990, e, principalmente, 2000, há uma proliferação de pesquisas e trabalhos voltados a compreender a saúde da população LGBT cada vez mais atentas às diferenças e especificidades da “sopa de letrinhas” (Facchini, 2005).

¹ Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD).

² Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC, integrante do Transes/UFSC.

³ Professora do Curso de Pedagogia e do PPGEDU da Universidade Federal do Piauí.

⁴ Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso.

Nessa ampliação de horizontes, torna-se cada vez mais insustentável uma análise meramente epidemiológica e sexualizante sobre a saúde dos/as LGBTs. Isso implicou uma série de deslocamentos, tanto em termos teóricos e analíticos quanto em termos metodológicos. Se a “categoria saúde, entendida como uma construção histórica, social e cultural, (...) não se restringe a um marco biologizante” (Mello et al., 2011, p. 11), importa reiterar que as concepções de corpo, saúde, doença e vida dos/as LGBTs, só podem ser bem compreendidas se se considerarem também dimensões sociais, econômicas, existenciais, cosmológicas, éticas, estéticas e políticas.

É assim que emergem outras temáticas até então invisibilizadas, tais como: saúde da população trans (Peres, 2005; Pelúcio, 2009; Rocon et al., 2018); saúde da população lésbica (Marques, Oliveira, Nogueira, 2013; Reis, Lopes, 2020); saúde dos/as LGBTs na perspectiva dos marcadores sociais de diferença (Mello et al., 2011; Pelúcio, 2011); dentre outros. Em todas elas, de forma explícita ou implícita, a chamada de atenção para o fato de que se no âmbito acadêmico houve uma ampliação no que tange aos horizontes de pesquisa, no que concerne às políticas públicas ainda há muito a ser feito para a consolidação e efetivação de políticas públicas de saúde que atendam, de fato, às demandas específicas dessa população.

Em artigo de 2011, Mello et al., ao analisarem as políticas públicas de saúde voltadas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil, constatam que, embora haja uma série de conquistas nas últimas décadas no que diz respeito aos dispositivos legais, há muito o que se fazer com relação a acessos e efetividades. Assim, se “a despeito das conquistas e dos avanços decorrentes da implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS), ainda há problemas estruturais que precisam ser superados se pretendemos assegurar universalmente serviços de saúde de qualidade para a população brasileira” (Mello et al., 2011, p. 11), quando se leva em consideração a população LGBT os desafios e dilemas são ainda muito maiores.

Num rápido balanço por nós realizado, é possível perceber uma diversidade de campos e referenciais teórico-metodológicos quanto à temática em tela. No caso da população homossexual masculina, percebe-se uma série de inovações. Por exemplo,

ainda que haja um retorno ao tema do HIV/Aids, trata-se de abordar a questão a partir da análise das novas estratégias tecno-bio-políticas em cena. É assim que identificamos os trabalhos de Thiago Batista Rocha (2019) e de Jamil Cabral Sierra e Dagmar Estermann Meyer (2020) em torno da Profilaxia Pré-Exposição (PREP). Outros autores, como o trabalho realizado por Vladimir Porfirio Bezerra (2019) em torno do bareback, fiéis à tradição de despatologização de práticas e desejos, reafirmam a importância do compromisso das ciências humanas e sociais para os sentidos e valores atribuídos a “experiências limites” e que, em geral, as políticas de saúde acabam por ignorar.

No que tange aos trabalhos voltados para a saúde da mulher, na primeira década dos anos 2000, as pesquisas ainda fortemente marcadas pela epidemia de HIV/Aids continuaram impulsionando vários estudos sobre gênero e sexualidade entre mulheres “heterossexuais”, sobretudo no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos. Entre essas pesquisas, o tema da saúde sexual de mulheres “lésbicas”, “bissexuais” e outras “mulheres que fazem sexo com mulheres” foi pouco estudado (Facchini; Barbosa, 2006).

Essas poucas, porém importantes pesquisas relativas a essa temática nos possibilitam problematizar a vulnerabilidade às IST e ao HIV/Aids, a adoção de cuidados à saúde, assim como a reivindicação do acesso a esses cuidados entre essas mulheres no campo das políticas públicas de saúde. Resultam daí pioneiras discussões sobre cuidados ginecológicos, relações com os serviços e os profissionais de saúde, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, mas também sobre (in)visibilidade social, construções identitárias generificadas e sexualizadas, gramáticas corporais e práticas eróticas (Barbosa, Facchini, 2009; Facchini, 2005; Meinerz, 2005; Reis, Lopes, 2020).

Essas pesquisas também descrevem recortes temporais a partir dos quais podemos visualizar os trânsitos por meio dos quais essas mulheres experienciam relações “lésbicas”, “bissexuais” e “heterossexuais” ao longo do curso da vida (Barbosa; Koyama, 2006; Oliveira, 2016). O que sugere, por conseguinte, que o tema da saúde não pode ser separado do tema da experiência dos sujeitos, pois as maneiras como as mulheres percebem os riscos à saúde e as necessidades de cuidado em relação às IST e

ao HIV/Aids estão ligadas às sensibilidades e aos valores morais por elas cultivados (Meinerz, 2011; Oliveira, 2016).

Dessa maneira, verifica-se, por um lado, que a reivindicação do acesso à saúde entre essas mulheres tem sido configurada pelas relações entre o Estado, o movimento de lésbicas e a academia (Almeida, 2009; Oliveira, 2020) e, por outro lado, pelas relações entre experiências subjetivas morais e emocionais, negociações com a heteronormatividade e cuidados de si e dos outros (Oliveira, 2016).

No que tange à população de travestis e transexuais, a identidade de gênero tem sido historicamente tratada como uma categoria de diagnóstico dentro das ciências da saúde. Desde a década de 1950, as identidades transgêneras passam por processos patologizantes a partir de discursos médicos/científicos fundamentados em padrões cisheteronormativos (Bento; Pelúcio, 2012). Tanto a medicina psiquiátrica como a psicologia participaram no processo de patologização das identidades transgêneras, assumindo padrões morais cisheteronormativos ao invés de critérios científicos, uma vez que o “diagnóstico” da transgeneridade foge às condições regularmente assinaladas em outros transtornos psiquiátricos, como condição delirante, ou ainda uma base orgânica (Lionço, 2019).

Dentro do discurso médico, tanto o termo transexual como travesti possuem conotações patológicas e moralmente degradantes, por isso que o movimento social de travestis que emerge na década de 1990 no Brasil (Silva, 2018), aos poucos passará por demarcar a importância de positivar os referidos termos como “identidades de gênero” para que o acesso aos direitos sociais, como a saúde, sejam garantidos (Simpson, 2015). Assim, a categoria passará por uma politização para que abandone contornos diagnósticos dentro das ciências da saúde (Bento; Pelúcio, 2012).

O preconceito e discriminação impostos às travestis e transexuais afastam essas pessoas dos serviços básicos de saúde. Não por acaso a maioria acabou optando por fazer uso da automedicação, seja no que tange aos hormônios, à aplicação de silicone industrial, ou mesmo em relação às doenças de modo geral. A organização de políticas públicas nacionais em relação às IST e ao HIV/Aids, a partir da década de 1980, levou aos poucos a população de travestis e transexuais ao SUS. Nesse contexto, o movimento

social de travestis e transexuais se organiza e passa a compreender que a saúde da população transgênera está para além do HIV/Aids (Simpson, 2015; Silva, 2018).

A participação social e política de travestis e transexuais nos debates de saúde possibilitou a instituição do Processo Transexualizador no Brasil através da Portaria nº 1.707, do Ministério da Saúde, em 2008, e, posteriormente, houve a publicação da Portaria nº 2.803, em 2013, com importantes reformulações. O Processo Transexualizador compreende a oferta de serviços ambulatoriais e cirúrgicos necessários à população transgênera, infelizmente o acesso ainda é limitado e burocrático. Além disso, o acesso ao Processo Transexualizador pelo SUS ainda se encontra ancorado em laudos diagnósticos emitidos por médicos e psicólogos (Santos, 2015; Krüger, 2018; Bento; Pelúcio, 2012).

Diante desse quadro, é possível afirmar que as questões em torno da saúde da população transgênera são muitas. Contudo, contemporaneamente, dois pontos emergem como centrais: primeiramente compreender as identidades transgêneras a partir da autodeterminação e dos saberes pensados dentro do movimento social de travestis e transexuais, não cabendo, portanto, ao poder biomédico a determinação destas identidades (Cavalcanti, 2019; Rodovalho, 2017). Em segundo lugar, a compreensão da saúde da população transgênera na integralidade de um bem-estar físico e psicossocial, portanto, travestis e transexuais não devem estar inseridas apenas no Processo Transexualizador e nas políticas de ISTs. Antes, é preciso pensar na saúde integral dessa população (Santos, 2015). A saúde da população transgênera precisa ser pensada a partir de uma analítica transfeminista, considerando neste processo: a) o diálogo com os movimentos sociais; b) a interseccionalidade; e c) o autocuidado (Nascimento, 2020).

Esse sucinto panorama por nós apresentado, está longe de esgotar as questões e complexidades que enredam o tema da saúde da população LGBT. Nesse sentido, em um dossiê voltado para a temática da saúde, como ignorar o complexo cenário político-pandêmico inaugurado pela Covid-19 no Brasil? Se considerarmos que a pandemia não se restringe a uma mera questão epidemiológica, mas que é atravessada por questões de ordem política, social e econômica, é forçoso afirmar que ela não atinge a todos/as da

mesma maneira (Oliveira, Passamani, Rosa, Duque, 2020; Oliveira, Gomes, Muniz, Silva, 2020). Nesse sentido, uma série de trabalhos e pesquisas têm apontado que minorias atravessadas por marcadores como gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, geração, deficiência, região, estão entre os corpos mais “matáveis” (Butler, 2015; Oliveira, Passamani, Rosa, Duque, 2020; Oliveira, Gomes, Muniz, Silva, 2020).

Diante desse cenário, os/as LGBTQs, que historicamente na sociedade brasileira têm seus corpos “disponíveis” para o matadouro do ódio lgbtfóbico (vide os dados apresentados pela Grupo Gay da Bahia deste a década de 1980), estão entre os mais afetados pela pandemia quando consideramos fatores como saúde mental, rede de apoio e renda (VoteLGBT, 2020).

Tal enquadre e seus complexos efeitos sanitário-político-sociais, são um convite para que pesquisadores e pesquisadoras (atuais e futuros) reconheçam a importância de pesquisas e análises cada vez mais comprometidas com uma perspectiva interseccional. Nestes termos, somos desafiados não apenas a uma ruptura com concepções e modelos restritos de saúde (assépticos, biomedicalizantes, patologizantes, essencializantes, moralizantes, subalternizantes, opressivos, normativos...), mas também, e principalmente, com o estabelecimento de um compromisso ético-político com autonomia e protagonismo de sujeitos e coletivos em seus devires minoritários.

Foi a partir desses pressupostos, ancorados numa perspectiva transdisciplinar que, na seleção dos inúmeros artigos recebidos, quisemos privilegiar tanto a exploração de temas e problemas já consolidados pelo campo de estudos sobre saúde dos/as LGBTQs quanto sua ampliação e diversidade teórica, empírica e metodológica (e, não menos importante, sua representatividade regional).

Em **Saúde da População LGBTQ para além do HIV/aids e Processo Transexualizador no SUS**, Felipe Cazeiro reflete sobre os processos de configuração da saúde LGBTQ, destacando, particularmente, as suas racionalidades, os seus discursos e as suas políticas. Nesse sentido, o autor argumenta que o campo da saúde desta população seria marcado por pontos críticos, sobretudo no que se refere às discriminações institucionais na “peregrinação” pelos serviços de saúde. O autor também descreve como a população LGBTQ é subjetivada nas “malhas” do SUS e, ao

mesmo tempo, como ela “manobra” tais malhas a fim de garantir demandas de cuidados diferenciados.

Aline Armiliato Baldigen; Taise Cristina Garcia; Mariane Martins e Silva; Daniel Canavese; Martha Reichel Reus; Luiz Felipe Lipert e Maurício Polidoro, em **Mulheres lésbicas e violência: análise das notificações de violência no Estado do Rio Grande do Sul**, a partir da análise dos dados presentes no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no estado do Rio Grande do Sul, constata a subnotificação dos casos de violência contra mulheres lésbicas e refletem sobre as implicações disso para as políticas de inclusão e acesso dessa população.

Do mesmo modo, Maria Cristina D’Almeida Marques e Amana Rocha Mattos, em **Políticas Públicas de Saúde da Mulher e o Dispositivo de Heterossexualidade: silenciamento e apagamento da diversidade sexual das mulheres**, tomando como pano de fundo o Programa Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), apontam a ausência de um olhar específico sobre inclusão da população lésbica na referida política. Para elas, isso deixa evidente um funcionamento heteronormativo nos pressupostos do PAISM.

Em **Impactos da pandemia da Covid-19 na saúde das mulheres lésbicas**, Letícia de Sousa Milanez, Breno de Oliveira Ferreira e José Ivo dos Santos Pedrosa analisa como a saúde de mulheres lésbicas tem sido afetada desigualmente pela pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que considera como essa desigualdade se relaciona com o machismo, o racismo e a lesbofobia. Destacando os impactos biopsicossociais, a autora argumenta que o agravamento ou a atenuação desses impactos depende de fatores diversos, entre eles a discriminação, a estigmatização e a heteronormatividade, por um lado; a garantia da visibilidade, promoção de um cuidado humanizado e apoio psicossocial, por outro.

Por sua vez, em **Estresse de minoria em narrativas de vida de homens gays no YouTube**, Venan Lucas de Oliveira Alencar, a partir da perspectiva da análise do discurso, aborda um aspecto ainda pouco explorado nos debates em torno do “coming-out”: o estresse de minoria. Utilizando-se de depoimentos em plataformas digitais, o

autor nos ajuda a compreender os dilemas subjetivos que atravessam a vivência da homossexualidade por parte de homens gays no contemporâneo.

Em **O impacto da (in)segurança escolar na saúde de estudantes LGBT: violências recônditas nas frestas da escola**, Everton Ribeiro apresenta uma análise sobre os contextos educacionais brasileiros e estadunidenses, desvelando a discriminação homofóbica que ocorre nos espaços escolares. A artigo assevera a necessidade da gestão escolar e equipe pedagógica estabelecerem políticas locais nas próprias instituições de ensino para intervenção no bullying homofóbico, mobilizando pais e educandos para a temática da diversidade sexual.

No artigo **“Saúde é em geral né, é ter um bom alimento pra manter em pé”**: Por entre sentidos e práticas (trans)viadas de/em saúde, Daniella Chagas Mesquita e Esmael Alves de Oliveira, a partir de um trabalho de campo realizado na cidade de Campo Grande – MS com travestis e transexuais, refletem sobre outros sentidos possíveis de saúde. Em seu exercício crítico-reflexivo, apontam para os limites do modelo biomédico sobre a saúde dessa população, ao mesmo tempo em que apontam para a possibilidade de concepção de saúde trans-viada.

O artigo intitulado **Políticas Públicas e Dissidências de Gênero no Sistema Único de Saúde: percepções de mulheres transexuais e travestis sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Crato, Ceará**, de autoria de Geovane Gesteira Sales Torres, Paulo Junior Alves Pereira e Maria Laís dos Santos Leite, aponta que na percepção de mulheres transexuais e travestis a política nacional LGBT não se efetiva de modo satisfatório no Crato, município cearense. Entre as principais queixas encontra-se o desrespeito ao nome social, e a necessidade de um tratamento mais humanizado.

Por fim, Daniel da Silva Stack, em **Não é uma realidade de todo mundo: A normativa 2803/2013 e o acesso ao SUS por pessoas trans no município de Santa Maria/RS**, analisa as dificuldades encontradas no acesso ao Processo Transsexualizador no âmbito do SUS, trazendo relatos de violências e desconfortos experimentados por pessoas transgêneras que resultam em seus afastamentos dos serviços de saúde. Além

disso, a pesquisa evidencia que o acesso ao Processo Transexualizador muitas vezes encontra-se condicionado a fatores como classe social, raça/etnia, capital cultural e regionalidade, o que fere o princípio da universalidade da saúde pública.

Esperamos que a leitura dos artigos aqui apresentados possa contribuir com a socialização das reflexões contemporâneas sobre a saúde da população LGBT, bem como seus possíveis desdobramentos e expansão. Ao mesmo tempo, esperamos que sirva de estímulo para outros trabalhos comprometidos com a construção e visibilidade de perspectivas de/em saúde cada vez mais despsicopatologizadas, desbiomedicalizadas, descentradas, polissêmicas e descolonizadas.

Referências

ALMEIDA, G. “Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e AIDS entre mulheres que se autodefinem como lésbicas”. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, pp. 301-331, 2009.

BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. “Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil”. **Cad. Saúde Pública [on-line]**, v. 25, suppl. 2, pp. 291-300, 2009.

BARBOSA, Regina Maria; KOYAMA, Mitti Ayako Hara. “Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil”. **Cad. Saúde Pública [on-line]**, v. 22, n. 7, pp. 1511-1514, 2006.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio-ago. 2012.

BEZERRA, Vladimir Porfirio. “Representações da pele na experiência do sexo bareback entre homens na cidade do Rio de Janeiro”. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 6, n. 12, pp. 127-144, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAVALCANTI, Céu. “Patologizações, autodeterminações e fúrias – uma breve carta de amor”. In: SOUSA, Ematuir T. de; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel K. dos. (Orgs). **Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

FACCHINI, Regina. “Mujeres, homosexualidades y salud: visibilizando demandas e caminhos”. **Boletín Electrónico del Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina**, [s. l.], v. 2, n. 16, 2005.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

| 16

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina Maria. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas. Rede Feminista de Saúde (website)**, [s. l.], 2006.

KNAUTH, Daniela Riva. **Le Sida chez les Femmes: Maladie et quotidien dans les groupes populaires au Brésil**. Tese (Doutorado), EHESS, Paris, 1996.

KRÜGER, Alícia. **Aviões do cerrado: uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro**. 2018. 114 f., il. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LIONÇO, Tatiana. “A psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans”. In: SOUSA, Ematuir T. de; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel K. dos. (Orgs). **Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

LOYOLA, Maria Andréa. **Aids e sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/IMS-UERJ, 1994.

MARQUES, António Manuel; OLIVEIRA, João Manuel de; NOGUEIRA, Conceição. “A população lésbica em estudos da saúde: contributos para uma reflexão crítica”. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 18, n. 7, pp. 2037-204, 2013.

MEINERZ, Nádia. **Entre mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MEINERZ, Nádia. “Método cien por ciento garantizado. Prácticas de sexo seguro en las relaciones homoeróticas entre mujeres de segmentos medios en Porto Alegre”. **Boletín Electrónico del Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina**, [s. l.], v. 2, n. 16, 2005.

MELLO, Luiz et al. “Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade”. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 9, pp. 7-28, dec. 2011.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. “Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia”. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. 1-22, set. 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues; MUNIZ, Tatiane Pereira; SILVA, Jorge Augusto de Jesus. “Inquietações sobre Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial II, p. 207-228, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; PASSAMANI, Guilherme R.; ROSA, Marcelo Victor da; DUQUE, Tiago. ““Salve-se quem puder”: dilemas de estudantes das universidades federais do Mato Grosso do Sul em tempo de pandemia”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, 29 (supl.), p. 65-74, 2020.

| 17

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. **Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres**. Curitiba: Appris, 2016.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. “Racionalidade neoliberal e a “nova saúde pública”: Sujeitos, estado e políticas públicas no campo das práticas sexuais entre mulheres”. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 4, n. 11, pp. 51-58, 2020.

PARKER Richard G. “Acquired immunodeficiency syndrome in urban Brazil”. **Medical Anthropology Quarterly**, Washington, v. 1, n. 2, p. 155-175, 1987.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, Larissa. “Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids”. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 76-85, 2011.

PERES, William Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

POLLAK, Michel. **Les Homosexuels et le sida. Sociologie d’une épidémie**. Paris: Editions Métailié, 1988.

REIS, Kamylla Cavalcante Taques; LOPES, Moisés. “Visibilidade Lésbica: Existência como resistência”. **ACENO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 7, n. 14, pp.249-264.

ROCHA, Thiago Batista. **“Entre lá e cá”: nexos e mediações na produção de um ensaio clínico**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ROCON, Pablo Cardozo et al. “O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?” **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 64, pp. 43-53, 2018.

RODOVALHO, Amara Moira. “O cis pelo trans”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, jan.-abr. 2017, p. 365-373.

SANTOS, Chopelly Glaudystton Pereira dos. “Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui”. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 17-24.

| 18

SIERRA, Jamil Cabral; MEYER, Dagmar Estermann. “Entre capturas biopolíticas e estratégias de resistência LGBT: Um ensaio sobre a lógica fármaco-moralizante na Profilaxia Pré-exposição – PREP”. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, pp. 1018-1037, 2020.

SILVA, Jovanna Cardoso da. “Movimento político social da população T no Brasil”. In: CAETANO, Márcio et al. (Orgs.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018.

SIMPSON, Keila. “Transexualidade e travestilidade na Saúde”. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 9-15.

VoteLGBT. **Diagnóstico LGBT+ na Pandemia: Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus**. Pesquisa Junho 2020. Disponível em: <https://www.votelgbt.org/pesquisas>.